



25 ANOS

InfoSNESup 239

Newsletter OUTUBRO de 2015 - 1ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

NOVO GOVERNO: O QUE IMPORTA RESOLVER

ISCTE-IUL GOVERNO DO SOBERANO ABSOLUTO?

ACREDITAÇÃO E CRÉDITO DA A3ES

RESPOSTA DO SNESup À ALTERAÇÃO DO RRSPPDEC DO ISCTE-IUL

CONTRIBUTOS SOBRE O PROJETO DE RFHT DO LNEG

RESPOSTA AO RADD DA ESCOLA NAVAL

SNESup REÚNE NO IPBeja SOBRE RAADPE

ACÓRDÃO TC 494/2015 – ACEP

SNESup REÚNE COM ASJP

SNESup PARTICIPA EM REUNIÃO DO HERSC-ETUCE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

NOVO GOVERNO: O QUE IMPORTA RESOLVER

O aproximar do início da nova Legislatura faz necessário insistir na premência da resolução dos problemas no Ensino Superior e na Ciência. Convém, por isso, lembrar o [conjunto de propostas que entregámos aos vários Partidos Políticos na ação de Encerramento do Ano Letivo.](#)

O Ensino Superior e a Ciência têm um papel decisivo para o futuro do país, pelo que a sua dignificação é fundamental. Não existe dignificação se não existirem condições, pelo que a resolução do problema de subfinanciamento e a clarificação de várias situações (nomeadamente da sua organização) são uma pedra basilar. A construção deste edifício só pode ser conseguida com os Docentes e Investigadores, sendo fundamental recuperar a estabilidade, reforçar a qualidade dos vínculos e combater a precariedade. Tal implica também a recuperação das remunerações, aspeto que, aliado à precariedade, tem contribuído para o esvaziamento do sistema, tornando-o mais frágil e com menos capacidade. Todas estas matérias combinadas em relação ao que é a figura do Docente e Investigador demonstram que sem a sua dignificação não pode existir um sistema sólido.

Muitas destas matérias têm sido destruídas dentro das próprias instituições, sendo que os Colegas que ocupam cargos de gestão não podem pedir num minuto a autonomia e no minuto seguinte prescindir da mesma atirando mais um caso para tribunal. O aumento da litigância como forma de protelar decisões é um dos maiores prejuízos ao sistema de Ensino Superior, sendo que tem de ser encarado com absoluta seriedade. Os Colegas têm de perceber que protelar não é resolver. Escamotear os problemas de financiamento com estes expedientes é tão eficiente como pintar as rachas de um edifício. Quanto mais o continuarem a fazer, menos poder de reivindicação têm, colocando toda a pressão sobre a organização interna das instituições, com ganhos políticos mínimos e custos internos significativos. Veja-se, por exemplo, o caso do pagamento das agregações e como se continua a protelar o que todos dizem considerar justo. Quem se limita a si mesmo torna-se fraco e é, naturalmente, sujeito a mais limitações.

Este é também um bom exemplo sobre a necessidade de perceber a ação e relação com o SNESup enquanto Associação Sindical de Docentes e Investigadores. A nossa força é a força dos Colegas e de todo um sistema. A qualidade desta ação é fundamental que esteja envolvida nos processos de decisão, pelo que os Colegas devem perceber que cada vez que limitam a negociação coletiva estão a prejudicar-se a si mesmos e aos demais Colegas. Atirar a negociação coletiva para matérias de participação revela uma falha estrutural na capacidade de gestão, com a incompreensão do que significa o “diálogo social”. Como intervenientes ("stakeholders") a nossa participação nos Conselhos Gerais pode passar por bem mais do que os Colegas associados eleitos, sendo esta uma matéria que já começa a ser debatida nos países nórdicos e em que Portugal poderia dar um passo pioneiro e assertivo como exemplo de diálogo social. Todos conhecem o nosso contributo positivo em matérias de legislação e regulamentação, com saber e profundidade, permitindo avançar com propostas que se podem conciliar com outros interlocutores.

É esta a matéria que importa, ao sabermos trabalhar as bases para um Ensino Superior e Ciência do século XXI.

ISCTE-IUL GOVERNO DO SOBERANO ABSOLUTO?

Vemos com redobrada preocupação as notícias sobre as mudanças impostas no ISCTE-IUL, nomeadamente as propostas de extinção da Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Sabemos que os Colegas têm vindo a tentar organizar-se no protesto contra estas ações, [nomeadamente sensibilizando a opinião pública](#). Não se trata de uma matéria menor quando se conhece a qualidade dos Colegas desta Escola e da sua produção científica. Trata-se de mais decisão que demonstra sintomas agudos da degradação da governação no Ensino Superior. O diálogo social passou a processo de participação, numa visão básica e retrógrada da soberania. Ao mesmo tempo que se passa a ideia de que todos podem participar no processo de governação, essa mesma participação é resgatada por um soberano, que concentra em si o fundamental do processo de decisão. Os Colegas devem olhar com especial cuidado para a forma como a ideia de colegialidade e paridade está a ser erodida.

É óbvio que as propostas de alterações ao RJIES relativas aos órgãos de governo continham em si já as sementes deste processo, que tenta concentrar o poder, ao sabor de doutrinas de gestão já antigas, algumas ainda do tempo "yuppie", com a redescoberta da "Arte da Guerra". Essa concentração de poder está em contrassenso com o que sabemos hoje em dia sobre as organizações, nomeadamente em termos da exploração das vantagens dos modelos baseados no planeamento comum e auto-organização. Este processo de erosão interna das instituições irá a médio prazo conduzi-las a mais dificuldades, demonstrando falta de cuidado. O recurso contínuo a regras impostas pelas administrações, como forma de penalização, demonstra a falência de uma gestão de pares numa estratégia colaborativa, reforçando processos de competição interna que irão desagregar a própria instituição, que apenas persistirá num contínuo reforço das relações hierárquicas. Este regresso à Idade Moderna, com a Idade Média como objetivo, só pode ter maus resultados. Está-se a apostar nas métricas de curto-prazo, procurando por si obedecer ao que é imposto de fora (nomeadamente via FCT) e esquecendo-se entender o sistema como um todo.

Exemplo desta escassez de espírito crítico são os critérios de admissão a concursos para professores auxiliares, associados e catedráticos. A falta de cuidado na compreensão das especificidades das áreas de conhecimento e manutenção da imposição do espírito das métricas demonstra mais uma vez que se está a gerir pela imposição de ideias externas, sem sentido crítico, moldando os hábitos num exercício próximo à vassalagem. Não compreender estas especificidades irá conduzir à sua perda num curto prazo, do qual beneficiarão as instituições que souberem fazer melhor, articulando melhor os seus agentes. Erra o ISCTE-IUL e perde o país.

ACREDITAÇÃO E CRÉDITO DA A3ES

Qual o crédito de uma agência de acreditação que não respeita os seus estatutos? A [Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior \(A3ES\)](#) utilizou, em documentos oficiais e no seu próprio site, o nome de Adriano Moreira, sem que o mesmo tivesse tomado posse. A razão para que não tivesse tomado posse tem a ver com o seu desacordo com o modelo de financiamento do ensino científico e superior, nomeadamente por serem matérias de política de defesa nacional e não de mercado.

Esta mesma ideia foi referida pelo próprio no lançamento do livro "[Educar, Defender, Julgar: Funções Essenciais do Estado - Contributos para a sua Reforma](#)", que teve lugar no ano passado. Para além desta situação, os mandatos de Alfredo Jorge Silva e João Lobo Antunes foram também prorrogados excecionalmente até 18 de junho de 2014, mas ao que parece ainda se mantêm em funções.

É óbvio que esta situação tem de ser resolvida rapidamente, sendo de louvar a seriedade e coerência de quem chama a atenção para a necessidade de se pensar de forma mais elevada os problemas do Ensino Superior e Ciência. A tática não pode assumir-se como única estratégia, correndo apenas sobre o imediato. É fundamental que se possa assumir com profundidade académica as matérias do Ensino Superior, pelo que importa que a A3ES saiba também conciliar o reconhecimento com o conhecimento e antevisão dos problemas.

RESPOSTA DO SNESup À ALTERAÇÃO DO RRSPPDEC DO ISCTE-IUL

O [SNESup enviou a sua resposta](#) à proposta de [alteração ao Regulamento de Recrutamento e Seleção de Pessoal Docente Especialmente Contratado \(RRSPDEC\) do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa](#). Mais uma vez parecem-nos profundamente perigosos os caminhos trilhados pelo ISCTE-IUL, tendo os nossos advogados na preparação desta resposta alertado mais uma vez para a possível ilegalidade de muitas das normas deste Regulamento. Também vários Colegas do ISCTE-IUL nos transmitiram o seu desacordo para com esta proposta de alteração, nomeadamente em relação à duração dos contratos (deve ser claro que se trata de 6 meses para um semestre e de 12 meses para um contrato anual), bem como o respeito pelas cargas horárias e normas processuais de renovação expressas no ECDU. Esperamos agora pela reunião de negociação sobre esta matéria para que possamos trabalhar melhor esta proposta.

CONTRIBUTOS SOBRE O PROJETO DE RFHT DO LNEG

Em resposta à solicitação do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) para que o SNESup se pudesse pronunciar relativamente ao [Projeto de Regulamento de Funcionamento e Horário de Trabalho \(RFHT\) do LNEG](#), enviámos no passado dia 8 um [conjunto de contributos](#) sobre o articulado em causa. Aguardamos agora marcação de reunião com vista a melhor discutir as propostas.

RESPOSTA AO RADD DA ESCOLA NAVAL

Enviámos no passado dia 12 de outubro [resposta](#) ao projeto do [Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes \(RADD\) da Escola Naval](#) que nos havia chegado para a necessária audição sindical. Ficamos agora a aguardar marcação de reunião com vista a melhor discutir as propostas apresentadas e concretizar a audição sindical.

SNESup REÚNE NO IPBeja SOBRE RAADPE

Responsáveis do SNESup (membros da Direção e Delegados do SNESup) reuniram no passado dia 9 de outubro com a Presidente e Secretária do Conselho Técnico-Científico (CTC) do Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) [na sequência da posição](#) que o SNESup apresentou relativamente ao [Regulamento de Avaliação da Atividade Desenvolvida durante o Período Experimental \(RAADPE\) no IPBeja](#). Desta reunião resultou a aceitação pelo CTC do IPBeja da totalidade das sugestões apresentadas pelo SNESup, o que não pode deixar de merecer o nosso público agradecimento por ter sido possível melhorar significativamente um Regulamento com esta importância.

Refira-se que este Regulamento havia sido publicado em julho no Diário da República sem que tivesse sido negociado com o SNESup, sendo que de imediato chamamos à atenção dos dirigentes do IPBeja para tal ilegalidade, tendo o mesmo sido de imediato suspenso e enviado ao SNESup, gesto que aqui publicamente reconhecemos. Um bom exemplo a ser seguido por outras instituições.

ACÓRDÃO TC 494/2015 – ACEP

O Tribunal Constitucional, através do seu [acórdão 494/2015](#), veio a dar razão ao Provedor de Justiça na sua ação de declaração de inconstitucionalidade de normas constantes na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas por violarem o princípio da autonomia local constantes no nº 1 do artº 6º e nº 1 do artº 242º da Constituição da República Portuguesa. Trata-se de uma vitória importante da autonomia como elemento de governação. A nossa equipa jurídica encontra-se a analisar os efeitos desta decisão sobre o quadro do ensino superior e ciência, nomeadamente sobre a sua necessária autonomia. Recordamos sobretudo o quadro de autonomia das instituições de ensino superior referidas no nº 2 do artº 76 da Constituição. O SNESup tentou várias vezes negociar a figura do Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) com várias instituições, tendo quase sempre a Administração Central levantado impedimentos semelhantes aos colocados às autarquias. Esperamos por isso que finalmente se possa alterar o quadro de governação do ensino superior, respeitando claramente o princípio da autonomia.

SNESup REÚNE COM ASJP

A Direção do SNESup reuniu no passado dia 13 de outubro com a Direção da Associação Sindical de Juizes Portugueses (ASJP), por forma a desenvolver o trabalho comum entre ambas as associações. Estiveram especialmente em foco as matérias de legitimidade processual, que afetam a possibilidade de defesa dos associados, bem como a defesa da sociedade, questão sentida por ambas as associações sindicais e que merece reflexão num quadro de progressivo aumento de litigância judicial.

A intervenção de associações de defesa de interesses coletivos não deve ser continuamente obstada, sendo também necessário que se encontrem mecanismos

que evitem o recurso aos tribunais como forma recorrente de protelar, fazendo vingar situações de manifesta ilegalidade, para as quais se torna necessário recorrer constantemente à figura da providência cautelar (o que no caso do contencioso administrativo possui vários problemas). O bem comum da sociedade exige que se atue mais eficazmente contra as más práticas que se vão instituindo, sobrecarregando o sistema judicial e com manifesto prejuízo da qualidade da governação.

Foi também abordada a utilização sistemática da regulamentação administrativa, em matérias de negociação coletiva, ou de gestão das organizações. A confusão e sobreposição do princípio da participação sobre a negociação coletiva conduz a graves prejuízos no diálogo social. Alimenta-se também a conflitualidade ao escolher-se a imposição coerciva como forma de gestão organizacional, sobrecarregando mais uma vez o sistema judicial. Também aqui a questão da legitimidade processual possui argumentos reforçados por via do novo Código de Processo Administrativo (CPA), sem esquecer os contributos da revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (EMEF). É por isso fundamental que se consiga transformar esta lógica de governação litigante, permitindo com isso trabalhar para uma melhor justiça e organização da sociedade.

Em breve contamos dar notícia de desenvolvimentos deste trabalho conjunto, que estamos certos será profícuo.

SNESup PARTICIPA EM REUNIÃO DO HERSC-ETUCE

O SNESup participou nos dias 15 e 16 de outubro como observador na reunião do Comité de Investigação e Ensino Superior ([Higher Education and Research Committee - HERSC](#)) organizado pelo Comité Sindical Europeu para a Educação da Internacional da Educação ([Education International's European Trade Union Committee for Education - ETUCE/ Comité Syndical Européen de l'Education - CSEE](#)). O objetivo desta participação foi compreender melhor o funcionamento desta organização, mantendo o diálogo iniciado com outras associações sindicais no espaço europeu. Desta organização internacional fazem parte vários sindicatos com diferentes tradições históricas, perspetivas e orientações respeitando mutuamente a sua independência. De Portugal fazem parte a FNE, a FENPROF e o SINDEP. O objetivo é permitir a articulação de esforços no espaço europeu, matéria cada vez mais necessária e preponderante.

Foram abordadas várias questões e medidas que se encontram em estudo no espaço europeu, com apresentação da parte de responsáveis de várias Direções-Gerais da Comissão Europeia, demonstrando o respeito e ênfase que a Comissão coloca nas matérias do diálogo social.

É óbvia a afinidade de princípios e ação do SNESup com sindicatos de outros países representados nesta organização, salvaguardando-se a sua independência, mas permitindo a influência no cerne da governação europeia em matérias de Ensino Superior e Ciência. Da parte dos Colegas europeus, começa a ser também reconhecida a influência e conhecimento aprofundado do SNESup sendo mesmo já tido como um parceiro válido.

Resultam assim elementos positivos desta participação, que permitiu tomar conhecimento aprofundado de projetos e políticas que estão em estudo na União Europeia e com os quais se tornaria muito difícil o contacto sem este tipo de colaboração. Note-se, por exemplo, o caso do [programa RESAVER](#) que esteve em debate nesta reunião e o qual tem sido objeto de negociação, podendo ter profundas implicações no quadro europeu de investigação.

A articulação da ação entre organizações neste enquadramento internacional permite alargar o espaço de intervenção do SNESup, beneficiando de um maior conhecimento das matérias e de um reforço do seu quadro reivindicativo.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Portaria n.º 353/2015 – D.R. n.º 200/2015, Série I de 2015-10-13](#)

- Ministérios da Saúde e da Educação e Ciência

Cria um consórcio entre o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. e a Universidade de Coimbra

[Decreto-Lei n.º 229/2015 - Diário da República n.º 198/2015, Série I de 2015-10-09](#)

- Ministério da Educação e Ciência

Procede à alteração do reconhecimento de interesse público do Instituto Superior de Saúde do Alto Ave

[Decreto-Lei n.º 228/2015 - Diário da República n.º 198/2015, Série I de 2015-10-09](#)

- Ministério da Educação e Ciência

Procede à alteração do reconhecimento de interesse público do Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria

[Decreto-Lei n.º 227/2015 - Diário da República n.º 198/2015, Série I de 2015-10-09](#)

- Ministério da Educação e Ciência

Reconhece o interesse público da Escola Superior Artística de Guimarães

[Despacho \(extrato\) n.º 11735/2015 – D.R. n.º 205/2015, Série II de 2015-10-20](#)

- Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Alteração ao Anexo n.º 2 dos Estatutos da FCSH

[Despacho n.º 11666/2015 – D.R. n.º 204/2015, Série II de 2015-10-19](#)

- Ministérios da Saúde e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Secretários de Estado da Saúde e do Ensino Superior

Homologa o protocolo celebrado entre a Universidade do Porto e o Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E. P. E., que fixa o regime de articulação entre as atividades de ensino e de investigação do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, daquela Universidade, e a atividade clínica desenvolvida por aquele Centro Hospitalar, e nomeia a respetiva comissão mista

[Despacho \(extrato\) n.º 11599/2015 – D.R. n.º 203/2015, Série II de 2015-10-16](#)

- Ministério da Defesa Nacional - Exército - Comando do Pessoal - Direção de Administração de Recursos Humanos - Repartição de Pessoal Civil

Publicação do regulamento de recrutamento, seleção e contratação de pessoal docente civil da Academia Militar, tendo por base o Estatuto da Carreira Docente Universitária

[Despacho n.º 11617/2015 – D.R. n.º 203/2015, Série II de 2015-10-16](#)

- Ministérios da Saúde e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Secretários de Estado da Saúde e do Ensino Superior

Homologa o protocolo celebrado entre a Universidade do Porto e a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. que fixa o regime de articulação entre as atividades de ensino e de investigação do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar daquela Universidade e a atividade clínica desenvolvida no âmbito da Administração Regional de Saúde do Centro, e nomeia a respetiva comissão mista

[Despacho n.º 11511/2015 – D.R. n.º 201/2015, Série II de 2015-10-14](#)

- Universidade do Minho - Reitoria
Estatutos do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Minho

[Despacho normativo n.º 20/2015 – D.R. n.º 201/2015, Série II de 2015-10-14](#)

- Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior
Homologação das alterações aos Estatutos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

[Aviso n.º 11611/2015 – D.R. n.º 199/2015, Série II de 2015-10-12](#)

- Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral do Ensino Superior
Torna público o início do processo de encerramento voluntário do Instituto Superior de Espinho

[Despacho n.º 11418/2015 – D.R. n.º 199/2015, Série II de 2015-10-12](#)

- Ministérios da Saúde e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Secretários de Estado da Saúde e do Ensino Superior

Homologa a alteração ao protocolo de colaboração entre as atividades de ensino e investigação e a atividade clínica entre a Universidade de Coimbra e o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E., subscrita em 26 de novembro de 2013

EVENTOS

CALL FOR PAPERS/ABSTRACTS

Energy Economics Iberian Conference, EEIC | CIEE

4 a 5 fevereiro 2016, Lisboa - ISEL, ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e Universidade de Aveiro

Data limite: 30 outubro

[Saiba mais aqui](#)

Primeiro Encontro da secção "Sociologia do Direito e da Justiça" da APS

8 e 9 de janeiro de 2016, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Data limite: 31 outubro

[Saiba mais aqui](#)

Conferência Internacional Architectural Research addressing Societal Challenges

15 a 18 junho de 2016, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Data limite: 13 novembro

[Saiba mais aqui](#)

PSF2016: Intermittence+Interference | Post-Screen: International Festival of Art, New Media and Cybercultures

10 a 11 novembro 2016, FBAUL e Universidade Lusófona

Data limite: 15 novembro

[Saiba mais aqui](#)

5º Congresso Internacional EFCAP - "Mental health needs of young offenders and victims: Assessment, intervention and legal issues"

11 a 13 maio de 2016, Porto

Data limite: 15 janeiro de 2016

[Saiba mais aqui](#)

OUTROS EVENTOS

Seminário "O Estado Social de Direito e a Crise da Política Democrática"

21 outubro, Lisboa, 9h30 - Auditório da FDUL

[Saiba mais aqui](#)

12º Congresso BAD - Bibliotecários. Arquivistas. Documentalistas.

21 a 23 outubro, Évora

[Saiba mais aqui](#)

Conferências sobre "Noções Essenciais de Direito de Autor e Alguns Temas Conexos"

22 outubro, 18:30, Lisboa, FBAUL, Auditório Lagoa Henriques

[Saiba mais aqui](#)

Conferência internacional: "Património Cultural, Conhecimento e Cidadania"

27 outubro, Câmara Municipal de Faro, Universidade do Algarve, Centro Nacional de Cultura e Teatro das Figuras.

[Saiba mais aqui](#)

I Congresso Internacional de Cultura: Culturas em movimento

27 e 29 outubro, Universidade da Beira Interior

[Saiba mais aqui](#)

Simpósio Fysis Φυσικ

30 outubro, Auditório do Centro Ciência Viva de Constância

[Saiba mais aqui](#)

Workshop "Political and public approaches to gender, secularism and multiculturalism"

11-13 novembro, Centro de Informação Urbana de Lisboa

[Saiba mais aqui](#)

Congresso "Da descolonização ao pós-colonialismo: perspetivas pluridisciplinares"

11 a 13 novembro, Faculdade de Letras, U. Porto

[Saiba mais aqui](#)

Conferência Quarenta Anos de Independências

18 a 20 novembro, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

[Saiba mais aqui](#)

ViNOrg'15 - Fourth International Conference on Virtual and Networked Organizations Emergent Technologies and Tools

18-20 novembro, Póvoa de Varzim. Apoio Universidade do Minho

[Saiba mais aqui](#)

Fifth International Conference on Business Sustainability 2015

18 a 20 novembro, Póvoa de Varzim

[Saiba mais aqui](#)

II Congresso Internacional da Saúde Gaia-Porto

19 a 21 novembro, Instituto Superior de Engenharia do Porto do IPP.

[Saiba mais aqui](#)

II Jornadas de Direito do Trabalho: Trabalhar mais, por menos dinheiro.

28 novembro, Anfiteatro 2, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

[Saiba mais aqui](#)

3º SITE - Seminário Internacional Trabalho e Educação – Saberes em Trabalho

30 novembro a 2 dezembro, CES-Coimbra e Colégio das Artes da UC

[Saiba mais aqui](#)

“A legislação que temos e o território que queremos. O novo quadro legal da política de solo, ordenamento do território e urbanismo em análise”.

4 dezembro, Leiria, Teatro Miguel Franco

[Saiba mais aqui](#)

Conferência Internacional “A educação comparada para além dos números – contextos locais, realidades nacionais e processos transnacionais”

25-27 janeiro 2016, Universidade Lusófona, Lisboa

[Saiba mais aqui](#)

Undisciplined Environments - International Conference of the European Network of Political Ecology (ENTITLE)

20 a 23 março de 2016, Estocolmo

[Saiba mais aqui](#)

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Av. 5 de Outubro, 104, 4º - 1050-060 LISBOA - Telefone 217 995 660 - snesup@snesup.pt

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º - 4100-357 PORTO - Telefone 225 430 542 - snesup.porto@snesup.pt

Rua do Teodoro, 8 - 3030-173 COIMBRA - Telefone 239 781 920 - snesup.coimbra@snesup.pt

The logo for SNESup, featuring the text "SNESup" in a serif font, with a blue square graphic element to the right.